

FLÁVIO
TARTUCE

RESPONSABILIDADE CIVIL

2^a
edição

revista,
atualizada
e ampliada

- Conceitos estruturantes da responsabilidade civil
- Responsabilidade civil contratual
- Elementos da responsabilidade civil extracontratual
- Responsabilidade civil no CDC
- Responsabilidade civil no Direito de Família
- Responsabilidade civil do Estado
- Responsabilidade civil no Direito do Trabalho
- Responsabilidade civil ambiental
- Responsabilidade civil e mobilidade
- Responsabilidade civil e comunicação
- Responsabilidade civil profissional
- Excludentes de responsabilidade civil
- Responsabilidade civil, prescrição e decadência

EDIÇÃO
2020





SUMÁRIO

1	BREVE ANÁLISE RETROSPECTIVA E PROSPECTIVA DA RESPONSABILIDADE CIVIL. CONCEITO DE RESPONSABILIDADE CIVIL E A SUA CLÁSSICA DIVISÃO EM CONTRATUAL E EXTRA-CONTRATUAL. EVENTUAL SUPERAÇÃO. AS FUNÇÕES DA RESPONSABILIDADE CIVIL	1
	1. Análise retrospectiva. Aspectos históricos da responsabilidade civil.....	2
	2. Análise prospectiva do tema. A responsabilidade civil e a pós-modernidade. Uma visão interdisciplinar	15
	3. Conceito e classificação da responsabilidade civil quanto à origem e a superação da dicotomia responsabilidade contratual e extracontratual.....	51
	4. As funções da responsabilidade civil.....	59
2	DOS CONCEITOS ESTRUTURANTES DA RESPONSABILIDADE CIVIL. ATO ILÍCITO E ABUSO DE DIREITO	65
	1. Do ato ilícito civil tratado pelo art. 186 do Código Civil	65
	2. Do abuso de direito previsto no art. 187 do Código Civil	72
	2.1. O abuso no exercício da propriedade ou ato emulativo (<i>aemulatio</i>)	85

2.2. Abuso de direito e imprensa. O abuso do direito de informar	89
2.3. O abuso no processo	94
2.4. O abuso de direito e o Direito de Família	99
2.5. A publicidade abusiva como abuso de direito	103
2.6. O abuso de direito no âmbito trabalhista	107
2.7. O <i>spam</i> e abuso de direito	111
3 RESPONSABILIDADE CIVIL CONTRATUAL. ESTUDO DO INADIMPLENTO OBRIGACIONAL E DE SUAS CONSEQUÊNCIAS	117
1. Introdução. Revendo o conceito de obrigação e as modalidades de inadimplemento.....	117
2. Estudo do inadimplemento absoluto da obrigação.....	137
3. Estudo do inadimplemento relativo ou mora. Classificação e efeitos	149
3.1. Da mora <i>accipiendi, creditoris</i> ou <i>credendi</i>	150
3.2. Da mora <i>solvendi, debitoris</i> ou <i>debendi</i>	152
3.3. Da mora bilateral ou recíproca	169
3.4. Da purgação da mora.....	171
4. Da correção monetária como consequência da responsabilidade contratual	178
5. Dos juros decorrentes do inadimplemento	181
6. Da multa ou cláusula penal.....	200
7. Das arras ou sinal	232
4 DOS ELEMENTOS DA RESPONSABILIDADE CIVIL EXTRA-CONTRATUAL. ELEMENTOS SUBJETIVOS: CONDUTA HUMANA E CULPA LATO SENSU	239
1. Primeiras palavras. Visão geral sobre o tema e confronto com os elementos da responsabilidade civil contratual	239
2. A conduta humana como primeiro elemento subjetivo da responsabilidade civil.....	243

3.	A culpa genérica ou <i>lato sensu</i> como segundo elemento subjetivo da responsabilidade extracontratual	248
3.1.	Conceitos de culpa <i>lato sensu</i> , dolo e culpa <i>stricto sensu</i> . Do papel principal ao papel coadjuvante	248
3.2.	Do dolo na responsabilidade civil e suas consequências	267
3.3.	Da culpa em sentido estrito (<i>stricto sensu</i>) e suas classificações e modalidades	270
3.3.1.	Da classificação da culpa em sentido estrito quanto à origem. A ideia de culpa contra a legalidade	272
3.3.2.	Da classificação da culpa <i>stricto sensu</i> com relação à atuação do agente	278
3.3.3.	Da culpa quanto ao critério de análise pelo aplicador do direito	279
3.3.4.	Retomando a classificação da culpa presumida e a sua superação pelo Código Civil de 2002	281
3.3.5.	Da classificação da culpa em relação ao seu grau. Análise dos arts. 944 e 945 do Código Civil de 2002. Sua aplicação à responsabilidade objetiva. A teoria do risco concorrente	284
5	DOS ELEMENTOS DA RESPONSABILIDADE CIVIL EXTRA-CONTRATUAL. DO ELEMENTO IMATERIAL: O NEXO DE CAUSALIDADE	307
1.	Conceito de nexo de causalidade e as dificuldades de sua visualização	307
2.	Dos elementos formadores do nexo de causalidade no direito civil	311
3.	Das teorias quanto ao nexo de causalidade	313
3.1.	Teoria da equivalência das condições ou do histórico dos antecedentes (<i>sine qua non</i>)	314
3.2.	Teoria da causa eficiente e da causa preponderante ...	316
3.3.	Teoria da ação ou da causa humana	319
3.4.	Teoria do seguimento ou da continuidade da manifestação danosa	320

3.5. Teoria da causalidade adequada ou da regularidade causal	320
3.6. Teoria do dano direto e imediato ou da interrupção do nexos causal	327
3.7. Teoria da norma violada, da causalidade normativa, da relatividade aquiliana ou do escopo da norma	329
3.8. Teoria da causalidade específica e da condição perigosa	331
3.9. Teoria da causalidade imediata e da variação	331
3.10. Teoria da causa impeditiva	332
3.11. Teoria da relação de causalidade por falta contra a legalidade constitucional	332
3.12. Teoria da formação da circunstância danosa.....	333
3.13. As posições dos tribunais brasileiros sobre as teorias do nexos de causalidade. O “estado da arte” de grande incerteza prática no País	336
4. Da concausalidade no direito civil	343
5. Das excludentes de nexos de causalidade na responsabilidade civil. Visão geral	361
5.1. Da culpa ou fato exclusivo da vítima	362
5.2. Da culpa ou fato exclusivo de terceiro	365
5.3. Do caso fortuito e da força maior	368
6. Da flexibilização do nexos de causalidade	386

6 DOS ELEMENTOS DA RESPONSABILIDADE CIVIL EXTRA-CONTRATUAL. ELEMENTO OBJETIVO: O DANO OU PREJUÍZO. OS DANOS CLÁSSICOS E OS NOVOS DANOS..... 389

1. Visão geral sobre os danos reparáveis na responsabilidade civil	390
2. Dos danos materiais ou patrimoniais	398
2.1. Dos danos emergentes ou danos positivos	402
2.2. Dos lucros cessantes ou danos negativos. Os alimentos indenizatórios como lucros cessantes e suas principais polêmicas	405

2.3. Da controversa classificação dos danos materiais em diretos e indiretos	425
3. Dos danos morais	428
3.1. Conceito de dano moral e classificações. O dano moral presumido e o dano moral em ricochete	428
3.2. Danos morais x transtornos ou aborrecimentos	446
3.3. Dos danos morais da pessoa jurídica	458
3.4. Da natureza jurídica da indenização por danos morais.....	464
3.5. Tarifação x quantificação dos danos morais. Critérios utilizados pela jurisprudência do STJ. O método bifásico de quantificação dos danos morais	471
3.6. Da compensação <i>in natura</i> dos danos morais	488
3.7. Danos morais ou danos extrapatrimoniais. O termo a ser utilizado no Brasil	492
4. Danos estéticos.....	493
5. Danos morais coletivos	500
6. Danos sociais ou difusos.....	509
7. Danos por perda de uma chance	522
8. Danos pela perda do tempo	534
9. Danos pelo lucro ilícito ou lucro da intervenção	543
10. Danos existenciais e danos ao projeto de vida.....	550
7 O TRATAMENTO ESPECÍFICO DA RESPONSABILIDADE CIVIL NO CÓDIGO CIVIL (ARTS. 927 A 954). ANÁLISE DA CLÁUSULA GERAL DE RESPONSABILIDADE OBJETIVA E DOS CASOS PONTUAIS RELATIVOS AO DEVER DE INDENIZAR NA CODIFICAÇÃO MATERIAL.....	563
1. A responsabilidade civil sem culpa em termos gerais. Análise do art. 927, Parágrafo único, do Código Civil. A cláusula geral de responsabilidade objetiva	564
2. Aplicações concretas da cláusula geral de responsabilidade objetiva	579
3. O tratamento específico da responsabilidade objetiva no Código Civil de 2002. Análise das hipóteses legais	593

3.1	A responsabilidade civil objetiva por atos de terceiros ou responsabilidade civil indireta	593
3.1.1.	Das hipóteses legais e da superação do modelo de culpa presumida	593
3.1.2.	Da responsabilidade civil dos pais pelos filhos menores	596
3.1.3.	Da responsabilidade civil dos tutores e curadores por seus tutelados e curatelados	598
3.1.4.	Da responsabilidade civil dos empregados ou comitentes por seus empregados ou prepostos	601
3.1.5.	Da responsabilidade civil dos donos de hotéis e afins por seus hóspedes e dos donos de estabelecimentos de ensino por seus educandos. A responsabilidade civil pelo <i>bullying</i>	605
3.1.6.	Da responsabilidade civil dos que contribuírem para o produto de crime	619
3.1.7.	Do direito de regresso (art. 934 do CC), da solidariedade passiva legal como regra na responsabilidade indireta e a responsabilidade civil do incapaz. Estudo do art. 928 do Código Civil	620
3.2.	A responsabilidade civil objetiva por danos causados por animal.....	627
3.3.	A responsabilidade civil objetiva por danos causados por ruína de prédio	633
3.4.	A responsabilidade civil objetiva por danos oriundos de coisas lançadas dos prédios	637
3.5.	A responsabilidade civil objetiva com relação a dívidas.....	641
4.	Outras regras importantes quanto à fixação da indenização prevista no Código Civil de 2002	647

8 RESPONSABILIDADE CIVIL NO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR..... 659

1.	A unificação da responsabilidade civil pelo Código de Defesa do Consumidor. A responsabilidade civil objetiva e solidária como regra do Código do Consumidor. A responsabilidade subjetiva dos profissionais liberais como exceção.....	660
----	---	-----

2. Análise dos casos específicos de responsabilidade civil pelo Código de Defesa do Consumidor	672
2.1. As quatro hipóteses tratadas pela Lei n. 8.078/1990 com relação ao produto e ao serviço. Vício <i>versus</i> fato (defeito). Panorama geral e a questão da solidariedade.....	672
2.2. Responsabilidade civil pelo vício do produto	679
2.3. Responsabilidade civil pelo fato do produto ou defeito.....	703
2.4. Responsabilidade civil pelo vício do serviço.....	712
2.5. Responsabilidade civil pelo fato do serviço ou defeito	717
3. O consumidor equiparado e a responsabilidade civil. Aprofundamentos quanto ao tema e confrontações com o art. 931 do Código Civil	728
4. Excludentes de responsabilidade civil pelo Código de Defesa do Consumidor	739
4.1. As excludentes da não colocação do produto no mercado e da ausência de defeito	739
4.2. A excludente da culpa ou fato exclusivo de terceiro.....	744
4.3. A excludente da culpa ou fato exclusivo do próprio consumidor.....	746
4.4. O enquadramento do caso fortuito e da força maior como excludentes da responsabilidade civil consumerista.....	749
4.5. Os riscos do desenvolvimento como excludentes de responsabilidade pelo Código de Defesa do Consumidor	760
5. O fato concorrente do consumidor como atenuante da responsabilidade civil dos fornecedores e prestadores	766
6. A responsabilidade civil pelo cigarro e o Código de Defesa do Consumidor	772
7. A responsabilidade civil pelo Código de Defesa do Consumidor e o <i>recall</i>	797
8. Da responsabilidade civil decorrente da oferta ou publicidade regulada pelo Código de Defesa do Consumidor	803
8.1. Panorama geral sobre a tutela da informação e o Código de Defesa do Consumidor	803
8.2. A força vinculativa da oferta no art. 30 da Lei n. 8.078/1990	806

8.3. O conteúdo da oferta e a manutenção de sua integridade	813
8.4. A responsabilidade civil objetiva e solidária decorrente da oferta	819
8.5. A publicidade no Código de Defesa do Consumidor. Princípios informadores. Publicidades vedadas ou ilícitas	830
8.5.1. A vedação da publicidade mascarada, clandestina, simulada ou dissimulada (art. 36 do CDC)	831
8.5.2. A vedação da publicidade enganosa (art. 37, § 1.º, do CDC)	833
8.5.3. A vedação da publicidade abusiva (art. 37, § 2.º, do CDC). Breve análise sobre o instituto da publicidade comparativa	841
9. Responsabilidade civil do Código do Consumidor e cadastro de inadimplentes	845
10. Responsabilidade civil dos bancos	872
9 RESPONSABILIDADE CIVIL NO DIREITO DE FAMÍLIA	879
1. Primeiras palavras sobre a interação entre o direito de família e a responsabilidade civil	879
2. Os danos reparáveis no âmbito das relações conjugais e convivenciais	889
3. A possibilidade de discussão da reparação de danos em sede de ação de separação judicial, divórcio e de dissolução de união estável. A contribuição do art. 356 do CPC/2015	895
4. Reparação dos danos por quebra da fidelidade ou lealdade (antigo adultério)	905
5. A infidelidade virtual e o <i>revenge porn</i> como geradores de responsabilidade civil no âmbito do direito de família	914
6. A reparação dos danos por conduta violenta entre os cônjuges ou companheiros. A incidência da Lei Maria da Penha e seus mecanismos de tutela	925
7. A teoria da perda de uma chance e as relações familiares	932
8. O abuso de direito e sua incidência na relação casamentária ou convivencial. Os casos dos maridos ou companheiros enganados pela gravidez da mulher	934

9. Responsabilidade pré-negocial no casamento. A quebra de promessa de casamento. A aplicação da boa-fé objetiva	940
10. Responsabilidade civil por abandono afetivo. Responsabilidade civil na parentalidade	947
11. Responsabilidade civil por alienação parental. Outra hipótese de responsabilidade civil na parentalidade	955
10 RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO	961
1. Responsabilidade objetiva do estado e risco administrativo. A responsabilidade subjetiva estatal por atos omissivos e sua análise crítica	961
2. Análise técnica do art. 37, § 6.º, da Constituição Federal e do art. 43 do Código Civil.....	976
3. Principais aplicações jurisprudenciais da responsabilidade do estado e suas polêmicas.....	982
11 RESPONSABILIDADE CIVIL NAS RELAÇÕES DE TRABALHO	999
1. Visão geral sobre o tema	999
2. Da responsabilidade civil direta do empregador. Revendo o conflito entre o art. 7.º, XXVIII, da Constituição e o art. 927, parágrafo único, do Código Civil.....	1001
3. Da responsabilidade indireta do empregador (arts. 932, III, 933, 934 e 942, parágrafo único, do Código Civil). A responsabilidade civil na terceirização	1010
4. Das excludentes de responsabilidade civil trabalhista. O debate sobre a incidência da teoria do risco integral	1023
5. Da concausalidade na responsabilidade civil trabalhista	1037
6. Danos reparáveis no âmbito trabalhista. A questão do assédio moral e outros danos suportados pelo empregado	1047
6.1. Danos materiais sofridos pelos trabalhadores. Danos emergentes e lucros cessantes. a perda de capacidade laborativa	1053
6.2. Danos morais sofridos pelo empregado	1060
6.3. Danos estéticos suportados pelo trabalhador	1082
6.4. Danos existenciais na relação de trabalho.....	1085

6.5. Danos por perda da chance e contrato de trabalho	1090
6.6. Danos coletivos e Direito do Trabalho	1096
7. Análise do tratamento do dano extrapatrimonial constante da reforma trabalhista	1101

12 RESPONSABILIDADE CIVIL E MOBILIDADE: TRANSPORTE E ACIDENTES DE TRÂNSITO..... 1115

1. Responsabilidade civil no transporte	1115
1.1. Regras fundamentais quanto ao contrato de transporte	1115
1.2. Responsabilidade civil no transporte de pessoas. Regras fundamentais	1129
1.3. Responsabilidade civil no transporte de coisas. Regras fundamentais	1159
2. Da responsabilidade civil por acidentes de trânsito	1173
2.1. Regras fundamentais aplicáveis para os acidentes de trânsito. O debate sobre a incidência do art. 927, parágrafo único, do Código Civil	1173
2.2. Dos danos reparáveis nos acidentes de trânsito. Exemplos jurisprudenciais	1194
2.3. Principais infrações previstas no Código de Trânsito e suas aplicações à responsabilidade civil. A tese da culpa contra a legalidade	1208

13 RESPONSABILIDADE CIVIL AMBIENTAL 1235

1. Princípios do direito ambiental e suas repercussões para a responsabilidade civil	1235
2. Do conceito de poluição. Os danos ambientais reparáveis	1243
3. Da responsabilidade civil objetiva consagrada pela Lei n. 6.938/1981 (Lei da Política Nacional do Meio Ambiente). A adoção da teoria do risco integral para os danos ambientais	1252
3. Casos específicos de responsabilidade civil ambiental	1268

4. Do dever de recuperação ambiental pelos novos proprietários dos imóveis. Uma questão de responsabilidade civil?	1277
5. Da responsabilidade civil pelo dano ambiental enorme	1281
14 RESPONSABILIDADE CIVIL PROFISSIONAL	1285
1. Da concepção jurídica de profissional liberal e as normas gerais aplicadas à sua responsabilização civil	1285
2. A divisão entre obrigações de meio e de resultado. Visão crítica da dicotomia	1290
3. Responsabilidade civil dos advogados	1295
4. Responsabilidade civil dos juízes e membros do Ministério Público	1305
5. Responsabilidade civil dos notários, registradores e tabeliães de protesto	1313
6. Responsabilidade civil dos profissionais da área da saúde. Médicos, dentistas e enfermeiros	1325
7. Responsabilidade civil dos engenheiros civis e arquitetos	1350
15 RESPONSABILIDADE CIVIL E COMUNICAÇÃO. IMPRENSA E INTERNET	1359
1. Da proteção da informação no direito brasileiro e sua importância para o mundo contemporâneo. O uso da técnica da ponderação. O chamado direito ao esquecimento	1359
2. Da responsabilidade civil dos meios de comunicação. Da imprensa	1380
2.1. Análise da Lei de Imprensa e do reconhecimento de sua inconstitucionalidade pelo Supremo Tribunal Federal...	1380
2.2. Normas aplicáveis aos meios de comunicação na atualidade. Análise dos dispositivos do Código Civil e da Lei de Direito de Resposta e de Retificação (Lei n. 13.188/2015).....	1392
2.3. Abuso de direito na veiculação de notícia	1409
2.4. Da responsabilidade civil dos meios de comunicação e dos seus agentes. Responsabilidade civil dos jornalistas	1419

3.	Responsabilidade civil na internet	1423
3.1.	Principais aspectos do marco civil da internet	1423
3.2.	Responsabilidade civil nas redes sociais e lesões à intimidade na internet	1441
4.	Da lei geral de proteção de dados (LGPD – Lei n. 13.709/2018). Primeiras reflexões.....	1451
16	RESPONSABILIDADE CIVIL NA CONSTRUÇÃO CIVIL	1459
1.	Contrato de empreitada e responsabilidade civil	1459
1.1.	Conceito, modalidades e natureza jurídica da empreitada	1459
1.2.	Regras específicas quanto à empreitada no Código Civil de 2002 e suas aplicações para a responsabilidade civil decorrente da construção civil	1461
2.	Incorporação imobiliária e responsabilidade civil	1473
3.	Outras hipóteses de responsabilidade civil decorrente da construção civil. Ruína do prédio e danos causados a terceiros	1494
17	RESPONSABILIDADE CIVIL E PENAL. ASPECTOS PRIVADOS DA AÇÃO EX DELICTO.....	1501
1.	Conceitos iniciais e análise do art. 935 Do Código Civil	1501
2.	Principais repercussões da decisão criminal para o juízo cível. As recentes alterações do Código de Processo Penal sobre o tema	1505
3.	Situações práticas analisadas pela jurisprudência a respeito da ação <i>ex delicto</i>	1517
4.	Análise do art. 200 do código civil e suas aplicações. Influência penal para a prescrição da ação <i>ex delicto</i>	1526
18	DAS EXCLUDENTES DE RESPONSABILIDADE CIVIL	1535
1.	Visão geral sobre o tema	1535
2.	Da legítima defesa	1536
3.	Do estado de necessidade ou remoção de perigo iminente....	1543

4. Do exercício regular de direito ou das próprias funções.....	1549
5. Das excludentes de nexó de causalidade.....	1552
6. Da cláusula de não indenizar	1555
19 PRESCRIÇÃO, DECADÊNCIA E RESPONSABILIDADE CIVIL.....	1567
1. Primeiras palavras sobre os institutos da prescrição e da decadência e suas repercussões para a responsabilidade civil	1567
2. Da prescrição	1572
2.1. Conceito de prescrição.....	1572
2.2. Regras quanto à prescrição e suas aplicações para a responsabilidade civil	1573
2.3. Das causas impeditivas e suspensivas da prescrição	1598
2.4. Das causas interruptivas da prescrição	1605
2.5. Dos prazos de prescrição previstos na Parte Geral do Código Civil e suas principais controvérsias. As demandas imprescritíveis	1614
2.6. Prescrição e direito intertemporal. Análise do art. 2.028 do Código Civil	1656
3. Da decadência. Conceitos e disposições gerais. Algumas aplicações para a responsabilidade civil	1661
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	1667